

**A Ciência e os caminhos do desenvolvimento**

## **O direito de morar: uma iniciação ao debate sobre o direito à moradia e o papel da Assistência Social**

*Tayna Fagundes dos Santos, Érica Terezinha Vieira de Almeida*

O trabalho em tela tem por objetivo compreender e analisar teoricamente a relação intersetorial entre a Política Pública de Habitação e a Política de Assistência Social na efetivação do direito à moradia, um direito social que passou a figurar na Constituição Brasileira por intermédio da Emenda Constitucional nº 26 de 2000. A intenção dos autores é problematizar a relação entre as duas políticas supracitadas na condução do direito à moradia, especialmente, pela via do benefício assistencial do aluguel social e da Política de Habitação de Interesse Social, política voltada especificamente para os segmentos mais empobrecidos da população. Interessa conhecer e analisar os processos experimentados enquanto estagiária e bolsista do curso de Serviço Social da UFF/Campos, no CRAS do Matadouro, em Campos dos Goytacazes/RJ, principal equipamento de assistência social voltado para a proteção social básica neste território (PNAS/SUAS). Durante o período de estágio curricular, foi realizado um perfil dos sujeitos sociais referenciados no CRAS/Matadouro que buscavam o benefício do aluguel social. O perfil continha as seguintes informações: gênero, cor/raça/etnia, grau de escolaridade, tipos de moradia, condições de moradia, infraestrutura, composição familiar, vínculo/relação de trabalho, renda familiar e per capita, inclusão em benefícios e/ou programas assistenciais. De acordo com o perfil, observa-se que 67% dos sujeitos referenciados no CRAS que buscam o aluguel social são, majoritariamente, do sexo feminino, residem em casas cedidas e possuem com renda mensal familiar de até meio salário mínimo. Além do perfil, a pesquisa em curso pretende recuperar as trajetórias de vida e de trabalho desses sujeitos que figuram na lista de demandas reprimidas do Aluguel Social, com destaque para a ação do Serviço Social do CRAS junto à Secretaria de Assistência e ao setor de Habitação de Interesse Social e outros departamentos e setores com atuação na implementação deste direito social. Pretende-se compreender como se dá a mediação do trabalho do Assistente Social nesta política e na garantia do direito à moradia, trazendo à tona algumas particularidades da questão habitacional do território abrangente do CRAS/Matadouro. Em outras palavras, implica compreender o contexto no qual esses sujeitos estão inseridos, suas relações sociais e suas experiências cotidianas, um contexto que articula condições precárias de trabalho e de habitação, tempo de espera e, muitas vezes, de negação do direito à moradia.

Palavras-chave: Intersectorialidade, Aluguel Social, Direito à moradia.

Instituição de fomento: UFF/Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico.